

• Política *Auc* p 9

ADUBOS 

CONSTITUINTE

Críticas aos incentivos fiscais e propostas para a reforma agrária

por Ana Cristina Magalhães de Brasília

O presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Rubem Igenfritz da Silva, e o presidente da Embrater — serviço de extensão rural —, Romeu Padilha de Figueiredo, defenderam ontem que a futura Constituição não se deve ater apenas à menção da necessidade de uma reforma agrária.

Em debate realizado ontem na subcomissão de política agrícola e fundiária e da reforma agrária, os presidentes dos dois órgãos afirmaram que a reforma deve ser consubstanciada de forma clara na Constituição, que deverá conter instrumentos que garantam a sua execução.

Para o presidente do INCRA, uma reforma agrária deve prever a desapropriação para a propriedade que não cumprir a sua obriga-

ção social, deve manter o Fundo Nacional de Reforma Agrária com um percentual da receita da União, deve estabelecer o módulo máximo de extensão da propriedade e legitimar as posses devolutas.

Ele apresentou dados demonstrando que nos últimos anos o tamanho das propriedades passou de 60 para 71 hectares, o que reflete uma maior concentração de terras.

Igenfritz defendeu a definição de uma política agrícola. Criticou duramente a atual concessão de incentivos fiscais, que, segundo ele, está distorcida. "Ela não gera riqueza, renda ou emprego, apenas especulação, em especial na área imobiliária", afirmou. Sem a democratização dos meios de produção não se consegue mexer na terra e não se distribui o poder, afirmou o presidente do INCRA.

por Francisca Stella Fogó de Brasília

Como relator da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças da Constituinte, o deputado José Serra (PMDB-SP) tem uma preocupação fundamental: encontrar mecanismos que dêem ao Poder Legislativo flexibilidade e rapidez para interferir na criação de despesas públicas.

Durante quatro horas, a Comissão do Sistema Tributário ouviu ontem as propostas dos economistas André Lara Rezende, diretor do Banco Central (BC) até dezembro do ano passado, Carlos Langoni, presidente do BC no governo Figueiredo, e Dercio Munhoz, professor da Universidade de Brasília (UnB).

Os três apresentam idêntico diagnóstico. O enorme desequilíbrio do setor público é a origem da crise financeira e econômica do

País. E o desequilíbrio do setor público decorre da absoluta falta de transparência das contas públicas e da falta de participação da sociedade nas decisões que aumentam o endividamento público.

O deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), relator da Subcomissão de Finanças, cogita de propor que a nova Constituição fixe um limite máximo para a cobrança de juros pelas instituições financeiras. O deputado Luiz Gushiken (PT-SP) acredita que a saída seria estatizar os bancos e eliminar a possibilidade de lucro na intermediação financeira.

A causa das elevadas taxas de juro, explicou Lara Rezende, é a demanda por recursos financeiros superiores à oferta. E o sistema financeiro remunera pouco a captação e cobra excessivamente pelo empréstimo. O setor público, como o

maior demandante de recursos, pressiona as taxas para cima.

O orçamento do Tesouro, segundo Lara Rezende, é totalmente artificial. Somente inclui as receitas e as despesas correntes, deixando de lado as despesas mais importantes. As despesas aparecem no orçamento monetário, que não é transparente. Através de uma enorme coleção de despesas fiscais disfarçadas, o orçamento fiscal tampouco reflete a realidade.

Os bancos estaduais, exemplifica Lara Rezende, concedem mais crédito do que captam. Quando quebra, vão obtendo recursos do BC. São recursos tipicamente fiscais, mas o BC emite moeda, sem previsão orçamentária, para repassar recursos aos bancos estaduais. A inflação, segundo Lara Rezende, é a principal fórmula de gastos

fiscais disfarçados. O BC concede crédito a 10% ao ano, com inflação a 400% e essa diferença não é computada como despesa no orçamento.

Langoni propõe que a sociedade ataque as causas fundamentais da inflação, a começar pela transparência dos orçamentos públicos. Ele propõe também uma completa reestruturação no sistema do comando monetário do País. O BC precisa restringir-se à sua função de executar a política monetária, abstando-se de exercer funções de fomento. Ao Banco do Brasil já cabe a função de fomento.

Langoni sustenta também que o BC precisa ter independência para executar a política monetária. Não pode funcionar como mera extensão do Ministério da Fazenda e não deve atender às pressões de curto prazo.

Sistema Tributário debate falta de clareza nas contas públicas